



03.07.2009

Estudo SEDES

Portugueses não reconhecem independência dos tribunais e estão insatisfeitos com democracia

Por Isabel Resende

A maioria dos portugueses está pouco ou nada satisfeita com a democracia, tem má opinião dos políticos e acha que a Justiça em Portugal discrimina ricos e pobres

As conclusões são do estudo encomendado pela SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) ao Instituto de Ciências _Sociais da Universidade de Lisboa e que hoje é apresentado no congresso A qualidade da democracia e o pós-crise , em Lisboa.

A maioria (51%) dos interrogados está pouco ou nada satisfeita com a democracia e apenas 9% se dizem bastante satisfeitos.

A Justiça é uma das razões para esse desagrado, já que mais de dois em cada três inquiridos acham que os cidadãos recebem tratamentos distintos dos tribunais, consoante a sua condição socioeconómica.

Pedro Magalhães, redactor das conclusões do estudo, diz mesmo que o inquérito mostra que a Justiça constitui «**um dos pontos mais críticos do funcionamento da democracia em Portugal**» .

Cerca de 82% por portugueses entendem que os tribunais tratam distintamente ricos e pobres e 79% acham que há discriminação no tratamento judicial entre um político e um cidadão comum.

A maioria não toma como certo que os tribunais sejam independentes do poder político e sente-se desincentivada a recorrer à Justiça para defender os seus direitos.

Há também a percepção de que os políticos se preocupam excessivamente com os seus interesses pessoais e que as decisões dos governantes ignoram as opiniões dos cidadãos.

No âmbito das liberdades individuais, 38% sentem-se pouco ou nada livres para dizer o que pensam, mas mais de 72% estão à vontade para votar em quem querem, sem sofrerem quaisquer pressões. Há também a percepção de que um indivíduo se pode juntar livremente a uma associação ou organização.

Desigualdades

Outra das dimensões do estudo mostra a existência de algum «**cepticismo**» nas qualidades do sistema eleitoral, nota Pedro Magalhães, considerando que o Executivo está condicionado por factores externos – como sejam a situação

económica internacional, os poderes económicos e as prioridades de outros governos.

Nota-se uma «**tendência desigual nas oportunidades de participação política em Portugal**», explica Pedro Magalhães, verificando-se discriminações que dificultam o acesso das mulheres à vida política.

Depois de 10 anos sem qualquer congresso, a SEDES reúne hoje em Lisboa um conjunto de especialistas, para debater estas conclusões e analisar os desafios que se colocam a Portugal e ao mundo no novo contexto económico-social que vai surgir da actual crise.

A associação cívica SEDES foi criada em 1970 e conta hoje com economistas como Luís Campos e Cunha, Vítor Bento, João Salgueiro e José Silva Lopes, bem como figuras públicas de outros sectores, como Maria Filomena Mónica, Fernando Ribeiro Mendes e Henrique Neto.